

Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM



Lourdes
Sprenger



Mônica
Leal



Aldacir
Oliboni



Cláudia
Araújo



Psicóloga
Tanise
Sabino



Ramiro
Rosário

011ª COSMAM 23ABR2024

Pauta: A contribuição do Programa Incluir+POA e o impacto na Saúde Mental nas escolas municipais de Porto Alegre.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): (10h07min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. Bom dia a todos, estão presentes os vereadores Aldacir Oliboni, a Ver.^a Tanise Sabino, Ver. Ramiro Rosário, e esta vereadora. A pauta de hoje é a contribuição do programa Incluir+POA e o impacto da saúde mental nas escolas municipais de Porto Alegre, que é uma pauta da Ver.^a Tanise Sabino. Chamo, de imediato, os convidados oficiais da comissão para fazerem parte aqui da Mesa, a representante Sra. Mara Lago, psicóloga, assessora técnica da Coordenação de Atenção e Saúde Mental; o Sr. José Paulo da Rosa, da Secretaria Municipal de Educação; a Sra. Laura Ferreira de Andrade, da Associação Brasileira de Educação, Saúde e Assistência Social, diretora executiva. E, de imediato, passo a palavra aos vereadores para fazerem as suas manifestações sobre esta importante pauta, aliás mais uma pauta importante da nossa comissão.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Bom dia, quero saudar aqui de forma especial os meus colegas da Comissão, a nossa Presidente desta

Comissão, a Ver.^a Lordes, Ver. Ramiro, Ver. Oliboni, saudar também aqui o nosso secretário Municipal de Educação, Paulo, estou muito contente que o senhor está aqui, é um grande amigo, grande parceiro desse programa Incluir+POA, eu sei que a sua agenda é extremamente pesada, inclusive o senhor tem um compromisso logo mais e quero te pedir, Presidente, depois da fala dos vereadores que o secretário seja o primeiro a falar porque ele tem que sair logo em seguida. Quero saudar também aqui a Laura, que é diretora também da Abess, saudar a Mara Lago também, enfim, cada convidado que está aqui presente conosco. Quero compartilhar que no dia 20 de outubro de 2023, foi assinado o termo de cooperação entre a Prefeitura de Porto Alegre e a Associação Brasileira de Educação e Serviço Social, a Abess, que celebra então a contratação de mais de 400 profissionais para a rede de educação básica, entre eles, 27 psicólogos, 16 assistentes sociais, oito fonoaudiólogos, nove psicopedagogos e 357 agentes de educação inclusiva. A informação que eu tenho, diretora Laura, é de que esse número até já está maior, já foram contratadas mais algumas pessoas, por isso a reunião de hoje para apresentar os resultados. Então este foi um evento que ocorreu no ano passado com a presença então do nosso secretário Municipal da Educação, o secretário Paulo, o prefeito de Porto Alegre, e estavam presentes também alguns vereadores, eu estava presente lá, entre outros vereadores. Então o programa Incluir+POA é uma iniciativa da própria SMED, juntamente com a Defensoria Pública, o Ministério Público e este Parlamento, que busca então qualificar mais de 3 mil alunos com deficiência, matriculados na rede municipal de ensino. E eu tenho certeza de que este programa vai deixar um legado para a cidade de Porto Alegre, pois nós estamos investindo em inclusão e investindo em saúde mental. Desde que eu me elegi vereadora, eu lutei muito pela lei federal, pela regulamentação da Lei Federal nº 13.935 de 2019, que prevê então a contratação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas. Essa lei foi sancionada em 11 de dezembro de 2019, previa um ano para ajustes, enfim, para colocar na prática, então quando eu assumi, em janeiro 2021, uma das primeiras reuniões que eu fiz com nosso prefeito Sebastião Melo foi apresentar

essa lei e já começar a trabalhar para regulamentar isso em Porto Alegre. Nós fizemos diversas reuniões com prefeito Sebastião Melo, com o vice-prefeito Ricardo Gomes, com os secretários municipais de Educação, na época Janaína Aldino, depois a Sônia, e agora com nosso secretário, fizemos reunião também com a SMAP que é a Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, com o André Barbosa e o secretário Richard, com o Conselho Regional de Psicologia, com o Sindicato de Psicologia, foi pauta aqui nesta Comissão a questão dos psicólogos nas escolas, porque nós estamos falando de saúde mental, foram feitos pedidos de providências, pedidos de informações, sempre ratificando então a importância de regulamentar essa lei. Finalmente a Prefeitura contratou a Abess no final do ano passado, foi a OSC escolhida então para esse trabalho. Eu confesso, Ver. Ramiro, que eu fiquei um pouco preocupada porque quando a gente faz uma parcerização, a gente não sabe o que está do outro lado, o que vem, e fiquei pensando: será que vai dar tudo certo? Aí quando eu conheci a Laura, porque eu a conheci no dia do ato da assinatura desse termo de cooperação, eu já me encantei pela Abess, porque eu vejo um brilho nos olhos da equipe da Abess. Eu vejo compromisso com a educação, com a qualificação, a equipe muito preparada, inclusive são cinco lotes que foram contratados e o quinto é específico também para saúde mental. Então qual é a ideia desta reunião de hoje? A ideia é ser uma reunião com objetivo de apresentar esses resultados. A Abess foi contratada em final de outubro, eu sei que final do ano eles já contrataram, em novembro, dezembro já contrataram todos os profissionais, já tiveram diversos treinamentos, capacitações, inclusive teve um aqui nesse último sábado. Eu sempre que possível estou em contato com a Abess, porque o meu papel é fiscalizar, é acompanhar, então eu estou sempre ligando para Abess ou falando com o secretário, como está isso, como está aquilo, porque para mim esta é uma das principais entregas desse governo Melo. Nós estamos falando de saúde mental, Oliboni, esse programa foi contratado por cinco anos, sendo renovado por mais cinco, ou seja, serão 10 anos que nós vamos estar investindo em inclusão nas escolas e promoção da saúde mental. Então a proposta de hoje é passar a palavra depois para a Laura, representando

a Abess, para ela apresentar esses seis primeiros meses, podemos dizer assim, de trabalho, de como é que está isso nas escolas. A minha manifestação inicial era essa, muito obrigada, desejo a todos uma boa reunião.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Ver.^a Cláudia chegou. Quer se manifestar antes? (Pausa.) É muito bom, o secretário está sempre presente. Eu estou fazendo um projeto da transversalidade da sua secretaria, vamos conversar. Vou passar a palavra direto, o senhor tem agenda, não é?

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Obrigado pela deferência, eu, de fato, tenho uma agenda da Famurs, onde tenho que fazer uma apresentação sobre educação, é isso que me obriga a não poder ficar todo o tempo da reunião aqui. Mas eu quero destacar a importância desse programa, eu acho que o tema que está sendo tratado aqui hoje, realmente, é um tema extremamente relevante. A Prefeitura Municipal sempre se preparou para receber alunos de inclusão. Nós temos, há muito tempo, no quadro, cerca de 4 mil, hoje são 4,2 mil monitores. Esses monitores, na origem, era para eles trabalharem mais com a educação infantil como um todo, mas, aos poucos, eles foram se especializando para receber os alunos de inclusão. Então, boa parte dos monitores hoje atuam com alunos de inclusão. Acontece que, com o aumento da procura, o aumento da demanda para alunos de inclusão, especialmente com a síndrome do espectro autista, já era insuficiente esse número de monitores, e também não havia, no quadro da Prefeitura, os psicólogos, os fonoaudiólogos, os psicopedagogos. Esse programa, ele surgiu no ano passado, e, em julho, se fechou um acordo com o Ministério Público e a Defensoria, que também nos cobravam um programa para melhorar esse atendimento, que previa um edital, um chamamento público para contratar uma organização da sociedade civil que nos ajudasse com maior rapidez neste trabalho de atendimento aos alunos de inclusão. Isso foi feito entre agosto e setembro; em outubro, foi fechado, sendo a Abess a vencedora deste processo licitatório, tendo a ordem de início em novembro, final de novembro, a

ordem de início das atividades para a Abess. A Abess fez... Minha saudação também à Ver.^a Mônica Leal, tudo bem? A Abess fez a seleção desses profissionais que iniciaram, alguns deles, já no final do ano passado, mas, especialmente, no início do ano letivo deste ano, que foi 14 de fevereiro na educação infantil. Ingressaram, na rede municipal, 421 novos profissionais para fazer esse atendimento, que se somam à rede de monitores que nós já tínhamos. São 27 psicólogos, 16 assistentes sociais, 8 fonoaudiólogos, 8 psicopedagogos, 5 coordenadores e 357 agentes de educação inclusiva. Esses agentes de educação inclusiva foram distribuídos nas escolas conforme o número de alunos de inclusão. Na época, foi feito um cálculo prevendo um agente de inclusão para cada dez alunos de inclusão no ensino fundamental, e um agente para cada cinco alunos de inclusão na educação infantil, que se somam aos monitores que nós já tínhamos e que foram mantidos, especialmente aqueles que já tinham vínculo com algum estudante de inclusão. A gente não trocou, e permaneceu também aquele monitor dando esse atendimento. Estes técnicos, os psicólogos, os psicopedagogos, os fonoaudiólogos, têm uma agenda acertada com as escolas. Eles ficam alguns dias em algumas escolas, para dar o devido atendimento. Depois a Laura pode explicar melhor como é que estão fazendo esse atendimento. Este é o volume de profissionais, 421, contratados pela Prefeitura junto à Abess. É claro que a Abess até já tem hoje um grupo de profissionais um pouco maior do que esse, mas o número de profissionais previstos em contrato foi esse lá na origem, e foi baseado no número de alunos de inclusão que nós tínhamos em 2022. Esse número já aumentou em 2023, já aumentou agora em 2024, e a gente vai ter que talvez sentar para conversar, para revisar esses números aí.

Eu quero dizer que trabalhar com educação não tem sido fácil. A própria Secretaria Municipal de Educação tem várias oportunidades de melhoria que nós estamos trabalhando, como no fechamento dos quadros, na qualificação dos profissionais, na melhoria da infraestrutura. Tem várias oportunidades de melhoria que a gente reconhece e que estamos trabalhando em cima. Mas se há algo que me orgulha é o trabalho que a gente faz na rede municipal com os

alunos de inclusão. Aumentou sobremaneira a procura nas escolas. O professor em sala de aula hoje é um desafio, porque um professor que foi preparado pedagogicamente para trabalhar com um aluno típico, ele tem hoje, dentro da sala dele, uma sala com 25 estudantes, oito atípicos junto com os típicos e mais três agentes de inclusão, dois monitores, tudo isso dentro da mesma sala de aula. Os graus de deficiência são diferentes, e o professor tem que preparar o material para os alunos típicos e materiais adaptados para os alunos atípicos, e tem que interagir com a sala de interação em recursos, tem lá professores especializados para fazer esse atendimento, mas tem que fazer essa interação, então a exigência em cima do professor é muito maior. O que leva – e aí a presença dos psicólogos, que também nos ajudam nesse sentido – a muita licença saúde, a muita exoneração e a um desafio muito grande em ter um quadro de professores prontos para atender essa enorme demanda que nós temos hoje dentro da sala de aula. Trabalhar com educação não está sendo fácil, esse é um é um desafio que nós temos dentro da rede, e, pelo que eu conheço da rede de Porto Alegre, a rede municipal é a melhor rede preparada para atender esse aluno de inclusão, melhor do que a rede estadual, melhor do que as redes privadas. O Município, graças a esse programa e toda a trajetória que a gente já tinha, está preparado. É claro que tem ajustes a serem feitos, a Abess iniciou esse trabalho este ano, são dois meses de exercício neste ano; dos 357 agentes de educação inclusiva já há uma certa rotatividade. Precisa capacitação, foi feita e é uma capacitação continuada, então é claro que em algumas escolas talvez esse profissional tenha que ser mudado, talvez seja um profissional que não tenha ainda a qualificação que a gente gostaria, mas, na grande maioria, tem atendido muito bem a nossa demanda, e esses são ajustes eu acho que naturais, assim como a gente contrata um grupo de professores e, às vezes, alguns não têm a formação ou o perfil que a gente gostaria e tem que trabalhar, também acontece com os agentes de inclusão. Alguém poderá dizer: “Na minha escola os agentes não são tão bons”, de fato não são, porque dos 357 tem alguns que carecem ainda de uma preparação, mas, no todo, o atendimento que a gente consegue dar na rede pública municipal, com o apoio dos psicólogos, dos

psicopedagogos, dos fonoaudiólogos, dos assistentes sociais que ajudam também as famílias, eu acredito que a rede pública municipal tem conseguido atender muito bem esse trabalho. O que não descarta a possibilidade de fazer ajustes, melhorias e ampliações, dada a enorme procura que a gente tem. Eu estou satisfeito com o trabalho da Abess, fico feliz, como bem referiu a Ver.^a Tanise, quando a gente faz um chamamento público nacional para um programa como esse, em que podem vir instituições de outros estados que não necessariamente tenham a expertise ou o brilho no olho que a gente gostaria, mas conseguimos selecionar uma instituição daqui que tem expertise, que já desenvolve esse tipo de trabalho em outros municípios e que queria muito fazer esse trabalho com Porto Alegre. Eu acho que essa vontade de fazer com Porto Alegre, acrescida da sua experiência tem nos permitido fazer um atendimento de excelência a esses alunos que merecem muito a nossa atenção e que felizmente a Prefeitura de Porto Alegre tem conseguido dar.

Agradeço a atenção, agradeço a Abess e parabênzo pelo tema tratado na reunião de hoje.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigado, secretário. Realmente a educação tem novos desafios, quando a gente fez toda a nossa trajetória escolar não se ouvia falar de tantas necessidades de inclusão. Quantos alunos em média vão abranger esse programa, neste ano? Em média.

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Quatro mil alunos na rede de Porto Alegre. A gente tem, com a Abess, no contrato, cerca de 3,3 mil, que a gente calculou para esse volume de profissionais, mas nós já temos na rede hoje cerca de 4 mil alunos de inclusão, com laudo, que merecem a nossa atenção. Destaco que nós temos, na rede de Porto Alegre, quatro escolas que atendem só alunos de inclusão. Há um questionamento sobre isso, porque em nível nacional há um pedido de que todas as escolas sejam escolas de inclusão, nós temos alunos típicos e atípicos, mas, mesmo assim, há determinados tipos de deficiência que às vezes é difícil fazer a inclusão, então nós temos quatro escolas hoje

vocacionadas e que fazem um trabalho de excelência também aqui em Porto Alegre.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito bem. A Ver.^a Mônica chegou recentemente, se os vereadores quiserem fazer alguma pergunta ao secretário, ele tem agenda, vai ter que se afastar, está à disposição a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo aqui nossos colegas vereadores da comissão, Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver.^a Tanise, a proponente, Ver. Ramiro, Ver.^a Cláudia e Ver.^a Mônica, como também os nossos convidados. Aproveitando aqui a vinda do secretário, acho que é importante a gente fazer alguns questionamentos. Se nós olharmos, tem, vamos dizer assim, dois movimentos de pressão: a necessidade atual de poder atender quem tem ou quer um tratamento diferenciado em função não só do seu problema, mas o atendimento real do que nós temos por ser um atendimento universal, e quem tem TEA, tem essa, não digo deficiência, às vezes, não é deficiência, mas é algo até superior ao entendimento na área da educação. E, por um outro lado, tem a tensão, a pressão dos profissionais que estão preparados para o mercado e querem uma oportunidade. Foi nisso que surgiu essa discussão aqui, eu me lembro que o sindicato dos psicólogos esteve aqui, nós já tivemos duas reuniões sobre esse tema, e que era necessário abrir esse mercado, tensionar o governo para concurso público ou, no caso, aqui, o governo adota uma parceria com a Abess que eu creio que seja o futuro, de nós tentarmos a ter cem por cento, quem sabe lá, na relação com a educação. Quando o Sr. Secretário fala em atender 3.500, sabendo que o número de alunos é bem maior, tem uma previsão – a gente pensa não é só para este ano, pensa para o futuro e tal – de poder atender o universo da atenção da educação em Porto Alegre? Porque avaliando o ponto de vista de que esse aluno merece um tratamento diferenciado, além de ter um profissional preparado, ele precisa ter o apoio do poder público com relação à questão da passagem escolar, enfim da necessidade de poder chegar à escola. Parece-me que, neste momento, embora seja muito salutar, Tanise, e

a parabenizo pelo movimento que fizeste, e o governo sensível a essa demanda atende parte dela, como é que se poderia pensar que esses alunos, em ficando distante da sua residência, eles receberão o transporte público? Como é que isso está sendo pensado? Porque, às vezes, famílias de baixo poder aquisitivo não têm condições do transporte. Acho que é apenas para poder dizer “olha, eu moro na região do Partenon, mas me encaminharam para a escola no Centro da cidade”. De que forma essa pessoa pode ter um atendimento seguro de que também o transporte público será gratuito?

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Nós temos hoje o programa Vou à Escola, que todo estudante do ensino fundamental recebe um cartão, tem direito a pegar o ônibus e fazer esse transporte de forma gratuita. Na próxima segunda-feira, nós vamos estender, o prefeito deverá estender esse programa para a educação infantil. Era uma falha, não tinha para a educação infantil; às vezes, um familiar precisa levar, quando a escola fica um pouco distante, e não tinha. Esse programa passará a ter a partir de segunda-feira e isso, acho, que virá para a Câmara inclusive, é um projeto do governo, da Câmara. Peço o seu apoio obviamente para que a gente possa aprovar, para a educação infantil, estender o programa Vou à Escola. E as escolas, essas quatro escolas especiais, nós temos algum transporte específico para aquele aluno que não pode pegar o transporte público regular. Então nós temos contratado um serviço que faz o transporte de alguns estudantes dessas quatro escolas especiais, que nós temos também de forma gratuita.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Ver.^a Mônica, Ver.^a Cláudia, para uma manifestação?

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bom dia, bom dia, presidente, secretário, colegas, pessoas que acompanham esta importante reunião; a minha preocupação sempre foi na questão dos profissionais preparados, habilitados para acompanhar as crianças, porque nós recebemos constantemente essa

reclamação de que as crianças não têm esses profissionais. Elas ficam, na verdade, muitas mães inclusive dizem que as crianças ficam ali sozinhas e acabam retirando da escola. Então essa é a minha preocupação com esses profissionais devidamente preparados e em números também necessários para atender essa grande demanda.

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Eu acho que é esse volume de profissionais que entrou na rede neste ano nos permite fazer esse atendimento qualificado, e os monitores que nós temos hoje que fazem esse atendimento, eles receberam uma capacitação para trabalhar com o aluno de inclusão. E todos esses profissionais da Abess que estão conosco agora receberam também, por parte da Abess, uma capacitação para trabalhar com o aluno de inclusão e uma capacitação em primeiros socorros. Tem, na escola, já toda uma estrutura preparada para atender esse aluno de inclusão. Então é como eu disse, sempre vai ter alguma oportunidade de melhoria, até porque aumentou sobremaneira o número de alunos de inclusão, mas eu estou muito confiante na qualidade do serviço que está sendo prestado. Eu tenho visitado as escolas, tenho conversado com os pais e eventualmente algum problema específico, a gente trata, mas a grande maioria está satisfeita com o trabalho que a Prefeitura de Porto Alegre tem oferecido aos alunos de inclusão.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia, bom dia Ver.^a Lourdes, cumprimento os meus colegas vereadores, secretário e demais membros da Mesa; é um tema sobre o qual a gente tem muitas discussões diárias. A gente, como disse a Ver.^a Mônica, a gente recebe muitas demandas voltadas a esse tema. Preocupa-me muito, quando a gente fala de crianças com algum tipo de déficit, algum tipo de deficiência neurológica, mental, física, a redução de horário, de carga horária. A grande maioria deles não consegue ficar pelo tempo normal dos outros alunos. Como é que a gente trabalha isso? Porque, na verdade, os pais precisam trabalhar. Então assim, não existe uma empresa que receba é um funcionário que fique duas horas trabalhando: ou ele trabalha o turno integral, ou

ele não trabalha. Como é que faz com a criança, se a mãe não tem quem dê o suporte, quem dê o atendimento e a escola não se responsabiliza por isso? O que que eu entendo? Se não tem como ficar na sala de aula, teria que ter um contraturno, dentro daquele turno, que pudesse receber a criança até a mãe poder buscar. Eu sei que isso é custo, eu sei que isso é uma demanda grande, mas, se a gente está pensando em educação, pensar, como um todo, na questão de socialização também dessas crianças, para que os pais possam ter como manter essa família.

A questão dos monitores – a gente fez novas contratações, novos profissionais estão, a gente sabe que são insuficientes ainda, porque, como bem o senhor disse, a demanda é muito grande. A gente tem muitas salas de aulas que acabam não recebendo, principalmente alunos autistas, em função da falta de monitores. A gente está atendendo mais, mas a gente tem ainda uma demanda represada muito grande com relação a isso.

E a questão do transporte não é para todos, a dificuldade e a burocracia para ter esse atendimento é muito grande. Eu sei porque eu tenho muitas mães com crianças com deficiência que tem uma dificuldade muito grande de acesso para conseguir o transporte inclusivo.

Então, eu acho que são temas extremamente pontuais. Eu sei que a secretaria trabalha muito para melhorar essas condições, mas eu sei que a gente ainda está engatinhando perante a um problema gigante que a gente tem de inclusão.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Bom dia, colegas, secretário, Abess presente também, a todos que estão aqui prestigiando a reunião. Ver.^a Tanise, parabéns por trazer essa pauta, admiro muito o teu trabalho na parte da inclusão, com um foco muito especial na psicologia, mas também envolvendo todas as demais profissões e atuações pertinentes ao tema. Primeiro, aqui nós não estamos falando apenas da importância do trabalho de inclusão, com psicólogos

e outros profissionais, para alunos e também para funcionários das escolas municipais, nós estamos aqui vendo uma boa prática de um modelo de gestão. Eu acredito muito na contratação, na parcerização de profissionais da iniciativa privada que prestem um serviço público, porém não estatal. Eu não vejo sentido mais a cidade de Porto Alegre, por exemplo, abrir concurso para essa área, porque, primeiro, as pessoas acabam ficando vinculadas àquela função de uma forma quase que perpétua, ao menos que ela peça para sair, ao menos que ela saia da atividade, ela acaba se designando ali para fazer aquela mesma atividade ao longo de toda a sua atividade, toda sua vida profissional. E nós sabemos que as pessoas mudam, sabemos que as pessoas buscam outras oportunidades, e também, infelizmente, há muitas vezes, como o próprio secretário colocou aqui, maus profissionais. No caso de uma instituição privada, esse mau profissional pode ser substituído com uma facilidade muito maior do caso que aconteceria com concurso público, que aí, sim, teríamos ali uma série de prerrogativas, próprias do serviço público, que a pessoa acabaria, muitas vezes, recorrendo internamente, processos administrativos, até acontecer uma exoneração, a gente sabe que é um processo extremamente longo, difícil e muitas vezes impossível até de ser executado, e a sociedade paga conta e o aluno não tem o resultado. Nesse caso, a sociedade paga a conta também, paga a instituição, mas pode ter um resultado muito melhor, muito mais ágil na sua capacidade de gestão. Falando isso, secretário, eu pergunto aqui também para que a gente possa evoluir com esses alunos da rede municipal, que precisam da ajuda do Estado para poder ter acesso à educação: como vocês avaliam, dentro da Secretaria de Educação, a possibilidade de compra de vagas na rede privada? Porque aqui nós estamos com uma parcerização, levando os profissionais parceiros para as instituições de ensino público municipal. Há algum programa em vista para que se possa pegar também aqueles alunos com maiores necessidades especiais, nesse ponto, para que se possa fazer a compra de vagas na rede privada, em instituições que já têm todos os aparatos, toda a infraestrutura, todos os profissionais pertinentes para poder fazer um atendimento melhor? Esse é o questionamento.

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Nós temos hoje parceria já com algumas empresas privadas, a Kinder, por exemplo, é uma empresa que nos ajuda, a Cerepal também, tem algumas empresas que nos ajudam nesse atendimento, a gente já tem e mantém esse atendimento com eles.

Nós temos um grande problema do ano passado, já da última década, que é o déficit de vagas na educação infantil, como um todo. E aí uma solução de curto prazo é contar com vagas na rede privada. Então, nós deveremos lançar, na próxima semana, um novo edital, inclusive tentando comprar 1,5 mil vagas da rede privada, que nos ajuda a minimizar esse problema no curto prazo. A melhor alternativa nesse caso, porque nós recebemos recursos do Fundeb proporcional ao número de estudantes que nós temos na rede própria e parceirizada, e não da rede privada. Então não é a melhor alternativa para o poder público, nesse caso da educação infantil, a rede privada, mas, no curto prazo, como eu não tenho rede própria, nem parceirizados suficientes para resolver o problema do déficit de vagas, nós vamos, então, buscar 1,5 mil vagas na rede privada, já na segunda-feira.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Parabéns, secretário. E com relação a essa interpretação do Fundeb para a rede privada, existe algum trâmite em Brasília para alteração dessa legislação? Quem é que lidera esse processo e como é que nós podemos colaborar?

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Podemos conversar nesse sentido, sim, eu acho que, junto ao Ministério da Educação, a gente pode trabalhar para mudar essa regra, e que nos permita contar também os recursos do Fundeb, mesmo naquela vaga. Essa é uma vaga que o poder público está pagando, está mantendo, e eu acho que deveria contar também. Eu acho que dá para a gente trabalhar nesse sentido.

Ver.^a Cláudia, eu concordo com a questão do Vou à Escola, fico à disposição, se alguém tenha problema nos passos, para a gente tentar resolver, porque, ainda

na semana que vem, a gente vai lançar, estender o Vou à Escola para a educação infantil. E a ideia é poder dar todas as condições para quem tem essa vaga, além de dois quilômetros da sua casa, que tenha direito ao Vou à Escola e possa utilizar sem problema. E acredito que um grande desafio que a gente tem, este programa nos ajuda hoje a resolver o problema do atendimento ao aluno de inclusão na nossa rede própria, mas nós temos a rede parceirizada que também precisa de um apoio. Então, eu acho que o próximo passo agora é sentar com a rede parceirizada e pensar numa forma de ajudá-los também, porque que todo o atendimento da educação infantil que eles desenvolvem tem os mesmos problemas, eles também têm ali alunos de inclusão e a gente tem que pensar uma forma de contribuir para termos um programa ali também.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Então, muito obrigada, secretário. Vou dispensar V. Exa. para a sua agenda. Estamos aqui à disposição.

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Agradeço pela atenção de todos e estarei sempre à disposição. A Laura, que é da Abess, que tem implementado o programa, tem todas as informações, certamente vai poder explicar aí e fica aqui à disposição de vocês também. Muito obrigado.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Então, de imediato, eu passo a palavra à senhora Laura, da Abess – Associação Brasileira de Educação, Saúde e Assistência Social.

SRA. LAURA FERREIRA DE ANDRADE: Bom, então quero dar bom dia a todos. Eu acredito que eu posso, em vez de passar à apresentação, eu deixo essa apresentação, quem sabe, para os vereadores, pode ser? Até para não desacomodar, e também para a gente ficar num bate-papo. Eu passo as informações, eu até estou com elas aqui, eu deixo pra vocês, de qualquer forma, a apresentação, porque eu acho que tem ali alguns dados, mas, primeiro, eu queria então cumprimentar a Ver.^a Tanise, proponente deste momento, que faz

com que também a gente consiga demonstrar e mostrar o trabalho que a gente está desempenhando já, hoje, nas escolas. Saúdo a Ver.^a Lourdes, o Ver. Ramiro, o Ver. Oliboni, a Ver.^a Cláudia e também a Ver.^a Mônica Leal, que estão aqui conosco. Quero cumprimentar também a Mara Lago, representando a Secretaria de Saúde. Quero dizer que quando a gente fala do [programa Incluir +POA](#), nós, enquanto associação, eu acho que uma das coisas também que a gente pensa, como o Ver. Ramiro também colocou, é essa questão de termos a possibilidade de, com instituições privadas e sem fins lucrativos, que não são organizações sociais, a gente poder fazer essas parcerias. Porque o modelo hoje que a gente vem é um modelo completamente diferente, quer dizer não completamente diferente, mas ele vem um pouco diferente de uma, vamos dizer, licitação. Então, hoje, eu acho que é importante, eu trouxe aqui também, que é o marco regulatório das associações, que é a [Lei nº 13.019](#), que é a nossa bíblia das associações. E o marco regulatório traz exatamente isso, a possibilidade de os municípios não conseguirem concretizar políticas públicas sozinhos, então poderem trazer as organizações sociais para junto deles também para fazer esse trabalho. Porque atualmente, com a demanda tão grande, tanto na educação, saúde e assistência social, as políticas públicas precisam também ser colaborativas. Na saúde isso acontece muito, e já acontecia muito tempo atrás, inclusive com os convênios antigos na educação também, então isso veio mudando, e a partir do marco regulatório, em 2014, os municípios, estados e União tiveram que se adequar a essa nova lei. Com essa lei, então, ficou obrigatório, a partir de 2017, que todos os municípios comessem a transformar os convênios antigos, diante desse novo marco legal. E isso também faz com que as próprias associações também trabalhem em parceria, e essa parceria deixa de ser um momento em que nós, enquanto instituições, trabalhamos para as prefeituras ou para a secretaria, e começamos então com uma valorização de trabalhar com. E esse trabalhar com é muito importante, porque ele também nos dá uma autonomia de poder discutir sobre esses aspectos e o que é que a gente está fazendo e o fazer do trabalho. E esse fazer desse trabalho vem, então, através de um plano de trabalho proposto, que esse plano de trabalho que foi

proposto lá no chamamento público, foram 11 instituições que participaram do chamamento, nós somos a instituição que ganhou, então nós fomos os vencedores desse pleito, fomos vencedores porque tivemos o melhor plano de trabalho para execução, ou seja o melhor plano de trabalho que é aquilo que tinha e estava de acordo com as referências da própria Secretaria de Educação, então com o referencial. Então, a gente traz um modelo, e aí foi como o Ver. Ramiro colocou, que é um modelo de gestão. E essa gestão está acontecendo nessa parceria colaborativa nas escolas. Então, nós estamos trabalhando muito com os professores também. No início, quando nós entramos, a gente teve algumas dificuldades, e aí eu posso trazer um pouquinho para vocês também, as dificuldades e pautas legítimas da classe de ter que ser o concurso público. E quando se fala nisso, a gente também começa a colocar, e eu também coloquei, Ver. Ramiro, a questão da importância do nosso papel, do papel de cada um de vocês, tanto enquanto vereadores, quanto Executivo também, de implantar a política pública, independente de situações, ou defender esse ou aquele. O que é o principal? O principal é o atendimento dos estudantes de inclusão. E eles precisam de nós, enfim, agora! Então a gente não tem, talvez, um tempo para esperar alguns processos que a gente sabe que acontecem. O que eu tenho dito muito nas escolas? O modelo é esse, então, vamos trabalhar agora juntos, porque nenhuma pauta pode ser maior do que atender esses estudantes de inclusão. Nenhuma pauta pode ser maior do que a criança e o adolescente, nenhuma pauta pode ser maior do que atender os adolescentes na saúde mental, em que tem suicídio, tem drogas, tem tantas coisas acontecendo, e não tinha ainda um formato que desse conta desse trabalho. Hoje a gente tem 19 psicólogos atendendo a saúde mental também junto às escolas, junto com o Serviço de Orientação Educacional, que é o SOE. Então nós temos essa divisão, e na apresentação, nós temos quatro regiões: a Norte, Sul, Leste, Oeste. Estamos divididos nessas regiões, cada região tem um número de psicólogos, um número de fonoaudiólogos, agente de educação inclusiva, psicopedagogos e assistentes sociais. Temos escolas, por exemplo, escolas grandes, acima de 800 alunos, em que nós temos três turnos de psicólogos, Ver.^a Tanise, que

acompanha o trabalho. Vocês imaginem uma escola do município – das 99 escolas que nós temos no ensino fundamental – com 800 alunos, três psicólogos por semana em turno. Isso está acontecendo hoje, e esses psicólogos têm vínculo com a escola, por que eles têm vínculo? Porque eles são fixos. Então, todas as semanas, naquele dia e naquele horário, eles estão lá. Os nossos trabalhadores todos batem ponto, e aí é a diferença também. Eles batem ponto, e é tudo digital, então a gente sabe, e todos os profissionais batem ponto inclusive os psicólogos, assistentes sociais, todos. A gente acompanha isso de forma digital, a gente tem todo um processo e uma organização de trabalho do que está acontecendo hoje nas escolas. E nós trabalhamos muito com as professoras da Sala de Integração e Recurso, com as professoras da SIR. Das 99 escolas, nós estamos – posso dizer para vocês – com muito pouca dificuldade. Em cinco escolas hoje que nós temos um pouquinho mais de restrição com relação ao nosso trabalho, e também nós já estamos conseguindo conversar com elas de uma forma mais colaborativa, colocando a importância de ter esse profissional a serviço do estudante. Então não podemos ter alguma escola dizendo: “Não, eu não quero este programa.” Porque, quando tu dizes que tu não queres esse programa, tu estás dizendo: “Não, eu não quero esse psicólogo, eu não quero esse assistente social.” E ninguém tem o direito de fazer isso com as crianças, então, a gente parte muito disso. O nosso trabalho está sendo bem organizado, muitas professoras da SIR, muitos diretores de escola estão muito engajados. Nós temos um engajamento muito grande, nós tivemos reuniões de regionais agora, as reuniões das regionais foram maravilhosas. O pedido é: queremos mais agente, queremos mais técnicos, queremos mais psicólogos. A cobrança em cima da Secretaria em cima disso é direta, Ver.^a Tanise. A gente está também trazendo muito essas informações e acompanhando o trabalho de perto. A gente deveria ter, de acordo com o edital, 3.394 estudantes no censo escolar de 2022; agora nós temos, no censo escolar de 2023 de Porto Alegre, 3.851 estudantes. E nós estamos com o nosso cadastro – porque a gente faz esse cadastro independente do censo, tendo em vista que não são colocados e não devem ser colocados, a gente tem que dar atendimento

para todos os estudantes independente ter laudo ou não. Porque muitos dos estudantes não têm acesso a laudo, e inclusão... A gente tem conversado – eu a Ver.^a Tanise também – sobre justamente a gente pensar. Porque a inclusão não se faz só com educação, inclusão se faz com saúde e assistência social. E quando o Ver. Aldacir Oliboni fala da questão do transporte, a Ver.^a Cláudia também fala isso, a gente também tem que estar junto à assistência social, à saúde também. Porque esses estudantes da educação inclusiva precisam também da saúde, porque nós estamos atendendo, e a gente está vendo, a gente não faz o atendimento clínico, a gente faz o atendimento escolar, o psicólogo escolar é diferente de atender na parte clínica. Então o que a gente vê? A demanda necessária também para saúde, que é também nós pensarmos que – é uma pauta importantíssima porque – o estudante, às vezes, a pessoa com deficiência precisa talvez só de um psiquiatra, todos os meses, para atualizar a receita médica de uma medicação contínua que ela tem que tomar, e, às vezes, ela não consegue esse psiquiatra na saúde, então o que a gente pode fazer em colaboração? É colocar essas políticas públicas a serviço também dessas pessoas, e como fazer isso, porque a gente está aqui para ajudar. Porque não adianta também a gente ter o problema e não ver quais são os desafios que a gente pode enfrentar. Também pensar que essas mães vão ali, a gente conversa muito, e também está sendo um pouco discutido com relação a como a gente está fazendo o nosso trabalho, como os técnicos fazem e realizam esse trabalho. Então a gente tem uma ferramenta tecnológica que traz todas as informações sobre esse estudante. Eu cadastro esse estudante – então já tem hoje mais de 4.000 cadastrados –, e os técnicos colocam as informações que eles têm sobre ele, os laudos. Enfim, vão trabalhando, junto com as professoras da SIR, os pareceres descritivos, o atendimento às famílias, e tudo isso vai sendo colocado dentro dessa ferramenta tecnológica. E, se esse estudante, por exemplo, sai de uma escola e vai para outra, o técnico e o psicólogo que estão lá, vão ter acesso a todas aquelas informações. E a mãe não precisa ir lá na outra escola e contar toda a história de vida do filho dela e dizer, de novo, como é que ele começou, quais são os atendimentos que ele tem e levar um monte de

papel, porque hoje a gente tem essa ferramenta que traz também essa possibilidade. Essa ferramenta também demonstra todos os nossos atendimentos que a gente está fazendo. Esses atendimentos são desde acolhimento às famílias, que a gente tem mais de 800 atendimentos até o momento, de psicólogos, assistentes sociais, enfim, dos nossos técnicos com as famílias diretamente, nós já realizamos várias palestras também com mães atípicas que estão engajadas no programa e também que são reunidas pessoas para poder estar participando disso. As assistentes sociais levam as pautas também e levam isso para o serviço de saúde diretamente, ou seja, elas pegam a demanda na escola e levam lá. Então, elas têm um turno só para isso na semana, que é para pegar esses atendimentos, ir no serviço, na Redinha, como chamam, para poder fazer esse encaminhamento e possibilitar agilidade para esse estudante de inclusão. Também pensamos que, quando falamos em inclusão, fizemos um encontro com os nossos 476 colaboradores no Incluir+POA, porque, para todas essas pessoas estarem trabalhando nas escolas, a gente tem toda uma equipe por trás na retaguarda de contratação, RH, financeiro. A gente tem que prestar contas de todas as coisas que a gente faz, desde o serviço, a gente tem relatórios de atendimento, a gente tem tudo isso e a gente presta contas para a Prefeitura todo mês de tudo o que a gente faz. São muitas páginas, vamos dizer assim, e também a própria prestação de contas financeira, que precisamos dar conta de tudo isso, e a importância que também tem na transparência de tudo isso, porque a lei regula tudo isso. Nós respondemos por muitas coisas; nós respondemos ao próprio Ministério Público, se for preciso, e também ao Tribunal de Contas. As instituições sem fins lucrativos que fazem parte da parceria respondem a tudo isso, então a gente tem que fazer a coisa muito bem feita, de forma correta.

Trazendo um pouco dos números, a gente tem mais de 8 mil, já chegamos a 9 mil atendimentos. Hoje eu peguei a informação, já chegamos a 9 mil atendimentos. Esses atendimentos revelam que são atendimentos à família, ao estudante e à própria professora da SIR, que às vezes recebe orientações de como tratar e como lidar com algumas questões com os estudantes, manejos.

Nossos próprios agentes de educação inclusiva também receberam curso durante todo o mês de janeiro, eles fizeram 144 horas de curso. Todos os nossos trabalhadores têm o curso de primeiros socorros, que é muito importante hoje para as escolas terem pessoas que tenham esse atendimento. Então, todos os nossos trabalhadores, inclusive os técnicos, psicólogos e assistentes sociais, estão preparados para uma emergência dentro das escolas, e a gente tem a formação em serviço durante o período. Eles estão sendo capacitados, eles têm horas de capacitação, toda a nossa equipe. Os agentes já entram para as escolas com 20 horas de capacitação; eles já têm ali um primeiro entendimento do que é uma escola, como é que funciona, como é que a gente tem que atender, os manejos principais e como trabalhar.

Uma coisa que está sendo muito legal nesse trabalho colaborativo com as escolas é o engajamento das professoras da SIR, porque elas também estão ajudando nessa formação em serviço; estão ensinando essas pessoas, explicando como é o manejo. Elas sabem, elas conhecem os estudantes, então explicam como funciona, como devem fazer com aquele, o que ele tem, qual é o tempo dele, em que momento ele pode se desorganizar. Enfim, o trabalho, de modo geral, está acontecendo dessa forma. Acho que sintetizei aqui, teria muito mais para falar, mas também gostaria de abrir para perguntas, se houver.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito bem, está aberto o microfone para os vereadores se manifestarem.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Bom, Laura, de tudo o que tu falaste, tem muitos aspectos para salientar, mas primeiro eu queria salientar os 9 mil atendimentos, 9 mil intervenções, contando todo o público, toda a equipe, o que é bastante. Outro aspecto que anotei aqui foi a questão da capacitação. Então, todos eles receberam, em média, 144 horas de treinamento, o que também é um dado bem importante, tendo em vista que eles foram contratados em dezembro, não é?

SRA. LAURA FERREIRA DE ANDRADE: Ver.^a Tanise, 60% dos agentes de educação inclusiva receberam 144 horas.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): É muito maior do que a média de qualquer empresa para qualquer funcionário. Outro aspecto em que precisamos pensar para o futuro, como o secretário já falou, são as escolas de educação infantil parceirizadas. Nós temos mais de 200 escolas de educação infantil e essas realmente não têm nenhum serviço de inclusão, de monitores ou psicólogos. Então, isso é um gargalo para o longo prazo, não sei se este ano a gente consegue, mas, enfim, já vai ser minha próxima luta também. Acho muito importante o que a Ver.^a Cláudia falou, e eu escuto isso muito, Cláudia, que as mães que têm filhos com alguma deficiência, autismo, entre outras, enfim, eles não ficam muito em sala de aula. Às vezes, ficam uma hora ou duas porque eles se desorganizam, entram numa crise. E como é que a gente faz? Essas mães, mais cedo ou mais tarde, vão perder seus empregos; elas deixam de trabalhar para ficar em função dos filhos. Mas isso é um problema muito maior, claro, não é da Abess, é um problema social que também tem impacto emocional. É algo que a gente tem que pensar, talvez, numa solução, ter alguma atividade mesmo nas escolas, não sei. Outra coisa que eu quero salientar é que o secretário falou das escolas especiais. A Prefeitura de Porto Alegre tem quatro escolas especiais. Eu conheço algumas delas, e eu queria convidar todos, quem puder, os vereadores, para conhecer essas escolas especiais. Existe um movimento nacional de não haver mais escolas especiais, mas antes de extinguir, seria importante cada um conhecer. Existem alunos que têm muita dificuldade em se adaptar numa escola regular, pois têm deficiências graves, severas. Então, eu não vejo outra saída, tem que continuar as escolas especiais. Minha percepção. Quero salientar também a questão que tu falaste sobre o aplicativo. Esse sistema, enfim, é um *site*, é um sistema de gerenciamento dos alunos, isso é muito legal, inclusive, a Secretaria Municipal de Educação deveria ter. Ali aparece, vamos dizer assim, uma ficha de cadastro de cada aluno com todas as intervenções, então, o que o assistente social fez, o que o psicólogo fez, está

tudo ali descrito, é uma pasta de cada aluno. Isso é muito legal, muito legal. Por enquanto, as minhas intervenções são essas.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Passo a palavra para o Ver. Ramiro Rosário.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Laura, primeiro parabéns pela tua exposição, realmente gostei bastante, quero combinar com vocês aqui e com a Ver.^a Tanise de acompanhar também *in loco*, ver o trabalho em alguma das escolas municipais com todos os dados, as informações e o brilho no olho que a gente vê quando tu falas. Dá para ver que o tema está sendo realmente bem cuidado. Esses cursos, por exemplo, a capacitação, vocês fazem? Vocês têm uma sede própria em Porto Alegre? Como é que funciona?

SRA. LAURA FERREIRA DE ANDRADE: Sim, nós temos uma sede que é do programa Incluir+POA, na Av. Carlos Gomes, a gente procurou ficar num lugar mais central para que a gente pudesse fazer esses treinamentos, essas capacitações. Elas acontecem todas ali junto conosco, nós mesmos que fazemos essa capacitação.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Vocês que fazem...

SRA. LAURA FERREIRA DE ANDRADE: Nós que fazemos essa capacitação. A gente, às vezes, dependendo de algumas situações, contrata pessoas também. Então, a gente também faz palestras, enfim, a gente faz contratações, porque por ter essa facilidade de ser uma empresa, uma OSC, a gente também pode trazer algumas outras questões que podemos incluir no programa, porque o programa tem recurso para isso, tem recurso para capacitação. O programa tem recurso para tudo isso que acontece, o que a Abess está fazendo é com o recurso do Município, e a gente presta contas de todo esse recurso, então, ele é direcionado para o programa. A gente sempre procura dizer que nós não somos

uma empresa terceirizada, somos uma instituição em que a gente desenvolve um trabalho em parceria com a Prefeitura. Nosso resultado final é o atendimento ao estudante. O nosso atendimento, o agente de educação inclusiva com o estudante, isso é tudo meio, o atendimento dos psicólogos é meio; o final é o melhor atendimento para esses estudantes.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Os profissionais que atuam na ponta são contratados CNPJ?

SRA. LAURA FERREIRA DE ANDRADE: Não, todos com carteira assinada, 100% da nossa equipe é contratada com carteira assinada, e isso acho que é importante também, porque falam muito na desqualificação das pessoas. Psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, todos, e todos os nossos agentes de educação inclusiva, 100% da nossa equipe, 476 pessoas com carteira assinada. São 476 empregos.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Parabéns.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Ver. Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Queria também parabenizar pelo trabalho da Abess, mas sinto a necessidade de fazer algumas perguntas. Por exemplo, tu falaste agora sobre a carteira assinada, vocês obedecem ao piso nacional do salário? Vocês obedecem, enfim, as leis trabalhistas? Como vocês fazem a seleção? O que tu poderias dizer sobre, vamos dizer assim... Se percebe que o Município ao adotar uma parcerização vai continuar com a necessidade de aos poucos ir ampliando, não só a necessidade da cidade, que ela precisa ter uma meta, quem sabe 100% um dia, e vocês precisarão de mais profissionais. Como é que vocês estão adotando isso? Vocês estão exigindo experiência no mercado? Especialização em educação, no caso os psicólogos,

que têm uma infinidade de alternativas, enfim, eu queria saber sobre isso, se os direitos trabalhistas estão sendo observados.

SRA. LAURA FERREIRA DE ANDRADE: Sim, Ver. Oliboni, a nossa instituição tem 20 anos, e eu tenho muito orgulho. Antes do Incluir+POA, a gente já tinha 320 funcionários. Um dos maiores orgulhos que eu tenho, eu posso falar aqui, até temos aqui alguns funcionários, para mim, o trabalhador da instituição é colocado em primeiro lugar. Nós fazemos de tudo, se a gente recebe, às vezes, a gente tem outras parcerias, então não contei muito a história da nossa instituição, porque eu acho que o mais importante é trazer aqui o que é o programa Incluir+POA. Nós temos oito escolas ao todo, temos duas escolas privadas, nossas, da mesma mantenedora do Incluir+POA; nós temos outras seis escolas, uma em Porto Alegre; nós também somos ECEI aqui em Porto Alegre. Então, a gente tem quatro escolas também na parceria em Alvorada, temos uma em Nova Santa Rita, e uma privada em Canoas, porém, a gente tem venda de vaga lá. Acho que uma coisa importante que foi colocado aqui também, que o secretário colocou, assim para esclarecer um pouquinho, quando a gente faz compra de vaga em escola privada, esse aluno é matriculado na escola privada. Na instituição, por exemplo, nossa privada é o Colégio Êxito. Então, no Colégio Êxito eu matriculo lá o estudante, a prefeitura me paga, mas ele é matriculado comigo, ele entra dentro do meu censo; então o município não recebe esse dinheiro do Fundeb. Esse é o *gap* de dificuldade. Quando o município faz parceria com instituições filantrópicas, que entra no marco legal, ele recebe, porque ele não é matriculado com a escola privada, ele é matriculado com o município. Então, por exemplo, escolas filantrópicas aqui, ou instituições, associações que abram escolas em Porto Alegre, e ele faz, ele é matriculado com o Município, ele é aluno do Município. Por isso, que as EMElS também teriam esse direito a ter também o programa de alguma forma, porque eles são alunos do Município. Então todas as 223 instituições parceirizadas, hoje, do Município, esse valor do Fundeb volta para o Município, porque ele está

matriculado com o Município e vai no censo do Município. Essa é a diferença entre fazer com escola privada.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Deixa eu perguntar uma coisa para complementar. Eu já tive esse fato, por isso que eu vou te perguntar como é que funciona. A mãe judicializou para que o aluno, para que o filho tivesse direito à vaga da escola e ganhou a vaga. Esse aluno foi para uma escola. A mãe comprou material com sacrifício, comprou o que precisava comprar ali, uniforme, e, no meio do ano, abre uma vaga numa escola municipal, e ele criou um vínculo com essa escola e ele tem que sair. A gente, inclusive, conseguiu, na época da secretária Sônia, dois alunos que tinham esse problema, que se mantivessem pelo menos até o final do ano, para que depois fizessem a troca, porque tudo isso afeta a questão emocional dessa criança. Eu criei novos amigos, coleguinhas, está tudo adaptado, tudo ok, e, a partir daí, quatro, cinco meses depois, abre uma vaga. Com tanta criança precisando de vaga, eu vou tirar aquele aluno dali, que está adaptado, para colocar numa escola, para não pagar uma vaga judicial? Como é que funciona isso?

SRA. LAURA FERREIRA DE ANDRADE: Eu vou dizer, claro, no meu caso, eu tenho instituição privada em que os pais pagam mensalidades, então, poderia vender vaga. Eu não vendo vaga para o Município, só em Canoas, porque realmente lá existe uma necessidade grande e a gente acabou...

E aí as judicializadas, assim, eu sou contra venda de vaga. Eu sou contra comprar vaga de escola privada, eu, Laura, mas também não... Como política pública não é a melhor situação. A política pública tem que acontecer de forma pública e sem custo para as pessoas. Se a gente for pensar nos estudantes e na criança, e sempre pensando neles, não é bom colocá-lo em uma escola privada, porque, às vezes, ele também vai ter esse diferencial, às vezes a mãe não tem condições de pagar um uniforme, de pagar um material, de pagar um livro, e isso também faz com que ele não se sinta bem, às vezes, naquele ambiente. A gente tem que fazer educação pública de qualidade, e eu acho que esse é o papel.

Acho que o caminho para todos os municípios são as parcerias na educação infantil, porque é o único caminho possível. Hoje os municípios não podem com a Lei de Responsabilidade Fiscal colocar mais e contratar mais e fazer concurso público. Aí vem toda uma outra discussão, enfim, e aí não consegue dar conta, e a gente precisa atender agora. Nós estamos terminando o decênio agora, em 2024, do Plano Nacional de Educação e os municípios, como o de Porto Alegre, não conseguiram alcançar a meta na educação infantil. E a obrigação principal dos municípios é a educação infantil. A educação infantil é uma pauta muito importante para que aconteça, porque o Estado não tem educação infantil, o governo federal não tem educação infantil; o município tem, e é isso que eles têm que também investir. O investimento eu acho que deve ser em cima disso, porque, se tem a verba do Fundeb, fazem-se mais parcerias e mais parcerias, para receber o recurso e para colocar a criança dentro da escola. Eu acho que esse é o caminho, porque a gente tem que pensar no aluno. Não tem como tirar uma criança no meio do ano, jamais se faz uma coisa dessa. É isso que a gente sempre tem que pensar, é no estudante, na criança.

Eu não respondi para o Ver. Oliboni, ele me perguntou com relação a como é o nosso trabalho. E eu achei bem legal e importante que o senhor faça essa pergunta, porque, desde que a gente fez a parceria, enfim, que saiu um edital, nós fizemos um edital público no nosso site, nós tivemos mais de 4 mil inscrições, vereador, para agentes de educação infantil, inclusive, para psicólogos, assistentes sociais, enfim, e foi com isso que a gente conseguiu colocar tantas pessoas em tão pouco tempo. Nós fizemos um esforço muito grande de toda nossa equipe para poder fazer essa atuação. O que a gente fez? A gente chamava, então, a gente está sempre recrutando pessoas, sempre, porque a gente sabe que o volume é muito grande. Hoje, por exemplo, na nossa sede, a gente está com 18 pessoas em formação para fazer o curso, para poder entrar para as escolas, mesmo a gente tendo agente de educação inclusiva mais, porque hoje a gente tem 380 nas escolas, mais do que os 357, que é o edital. A gente sempre procura ter a mais, porque a gente sabe do *turnover*, então a gente também está procurando trabalhar com relação a isso, qualificar isso.

Então o processo de contratação funciona assim, faz a inscrição no nosso site, a gente vê quais são as escolas e regiões da necessidade, a gente seleciona ali, entra em contato com essas pessoas, faz uma entrevista online primeiro, depois eles vão até a sede e fazem uma entrevista coletiva, depois fazem entrevista individual; dessa coletiva, a gente vê as pessoas que a gente seleciona e depois faz a entrevista individual, para daí selecionar. Então, eles passam por um crivo de seleção, e a gente começa pela seleção dos currículos. Todos os nossos técnicos estão registrados em seus conselhos e sua categoria também, então todos eles estão registrados, inclusive eles disseram que, a qualquer dia, vão se todos, vão ao Conselho de psicologia, Tanise, vão contigo, porque eles estão um pouco indignados às vezes, porque o Conselho de Psicologia fala da questão do concurso público, e eles: “Pô, a gente está trabalhando, todo mundo com carteira assinada, e nós, ninguém vai nos defender?” Então, esses dias eles estavam falando lá e eu disse se reúnam e vão lá também, cobrar isso, porque o conselho é para defender todos, o conselho não é para defender uma parte só.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Vou passar a palavra para a Sra. Mara Lago, psicóloga do programa de saúde escolar.

SRA. MARA LAGO: Bom dia a todos, uma saudação especial para os vereadores, para a Laura e para todo o público aqui presente. Eu estou aqui hoje representando a Coordenação de Atenção à Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde, e fico muito feliz de poder presenciar esse investimento que a Secretaria De Educação está fazendo na qualificação da inclusão. Acho que é uma rede que merece, a rede municipal, por ter sido protagonista da inclusão escolar desde muito cedo. Quase não se falava em inclusão no País e Porto Alegre foi pioneira nessa questão da inclusão escolar, através da rede municipal. Então a rede municipal é uma rede que tem história de inclusão. Eu fico muito feliz de ouvir a Laura falar, de poder contar com os professores da sala de integração e recursos para fazer as capacitações, porque são professores muito qualificados, que têm experiência, que têm uma história e também das nossas

escolas especiais, que também são protagonistas e fizeram história nacional. A gente tem uma escola na rede municipal, particularmente, que quando a gente quase nem ouvia falar em autismo, Porto Alegre inaugurou a primeira escola especial exclusiva para atender crianças com autismo, quando naquela época, na década de 1990, crianças com TEA praticamente não saíam de casa, quanto mais frequentar escola, nem escola especial, naquela época, aceitava crianças com diagnóstico de autismo – se dizia naquela época, hoje TEA. Então acho que é uma rede que tem história, que pode contribuir, e é muito bom ver a Secretaria de Educação novamente investindo nisso. Eu quero aproveitar para dizer que a gente está à disposição, Laura, na Secretaria de Saúde, porque eu acho importante que, principalmente os profissionais de nível superior, possam conhecer o funcionamento da rede de saúde, porque certamente os psicólogos, nesse contato com as escolas e com as crianças, vão fazer uma triagem de alguma forma e ver as crianças que ainda não têm atendimento, que necessitam de atendimento, então acho importante que eles possam conhecer esse funcionamento. Tu dissesse que os assistentes sociais já estão frequentando as redinhas, que é um movimento importante, reuniões que congregam todos os serviços da saúde, da assistência, da educação, os conselhos tutelares, para poder discutir os casos mais complexos e fazer alguns encaminhamentos, mas é importante a gente saber que os encaminhamentos para a saúde não se dão na redinha. A redinha é o espaço para congregar os esforços e para pensar em estratégias comuns, que todos possam auxiliar essas famílias nessa tarefa tão árdua e tão difícil, que é conduzir a vida escolar e conduzir as crianças com deficiência, na vida, com tantas necessidades que isso suscita. Então acho que é importante a gente estar à disposição para participar de capacitação, se for o caso, enfim, ou de conversar com vocês nessa questão de conhecer um pouco o funcionamento da rede e qual é o tipo de assistência que a gente tem condições de oferecer.

Acho que é importante, em algum momento, não é, Tanise, eu vi que tu já dissesse “a saúde é a próxima”, porque acho que a gente tem que pensar, que é uma carência que a gente tem há muito tempo. A gente faz o que pode, e tem

uma parceria importante com a educação, os postos de saúde junto com as escolas, através do Programa Saúde na Escola. As escolas têm uma aproximação importante com as unidades de saúde, que é onde começam os encaminhamentos, isso que eu acho importante, a unidade de saúde tem condições de acolher e de em alguma medida auxiliar, logo nesse acolhimento. Quando tu diz assim: “Uma criança só precisa do psiquiatra para renovar uma receita.” Não, ela não precisa de um psiquiatra, uma criança que só precisa renovar uma receita, ela pode contar com o médico da unidade de saúde. Se ela já tem uma receita do psiquiatra e ela só precisa renovar, ela vai renovar na unidade. Se é necessária uma avaliação... Eu acho que nem todos os casos são necessários um laudo, também isso é uma coisa que acho que a rede municipal já superou. Para ter o atendimento educacional especializado na sala de integração e recursos, não é necessário ter um laudo médico, do neurologista ou do psiquiatra, avaliando e dizendo que ela precisa de um atendimento educacional especializado, porque a rede entendeu, em algum momento, que quem decide se a criança necessita de um atendimento educacional, especializado, é o pedagogo, é o educador especialista nesse atendimento. Claro que o laudo, em determinados momentos, ajuda, ele é necessário, muitas vezes, até para a concessão dos benefícios, do passe livre para o transporte, sem dúvida, mas acho que ele não impede o atendimento educacional especializado. Então, esse eu acho que foi um passo muito importante que a rede municipal deu em algum momento. E aí, eu acho que na questão da saúde, a gente tem que poder realmente discutir isso a fundo e pensar, porque o atendimento em saúde indicado para pessoa com deficiência, na maior parte das vezes, a indicação é para reabilitação. Então, a gente tem uma linha de cuidado na saúde para pessoa com deficiência, que é a reabilitação, e a gente tem uma linha de cuidado para transtornos mentais, que é a saúde mental, e muitas vezes isso se confunde, muitas vezes isso fica num limbo. A gente tem uma rede de atendimento na reabilitação, muito pequena, toda ela parceirizada também. A gente não tem nenhum serviço público de reabilitação, e não dá conta, a gente tem realmente uma lista de espera para reabilitação muito grande. E as crianças

com TEA, por exemplo, que é uma das maiores demandas que a gente tem hoje, a indicação na linha da saúde é reabilitação. A gente tem o centro de autismo – a gente também já discutiu aqui nessa Comissão, a gente já está com as vagas esgotadas ali; então a gente está dividindo isso em outras frentes, como a gente pode, nessa questão do atendimento, mas as equipes de saúde mental não fazem a reabilitação, então, muitas vezes a gente vê as demandas judiciais requerendo, para as crianças com TEA, fisioterapia, TO, integração sensorial ou um acompanhamento com método ABA, enfim, várias indicações que as equipes de saúde mental não tem como oferecer. A reabilitação, às vezes, dependendo da instituição, acho que é uma questão para se avançar, as crianças precisam, necessitam do atendimento, e a gente realmente precisa aprofundar essa discussão, mas, em todo caso, a gente está disponível. Eu penso também, se eu entendi, não é, Laura, até tu quiser e puder comentar, vocês têm esse atendimento para as crianças, de inclusão, mas as psicólogas e os profissionais estão à disposição da escola, eles têm turno de assessoria na escola. Aí, eu queria saber um pouco, assim, se eles ficam voltados somente para as questões de inclusão ou se daqui a pouco as escolas também podem contar com esses profissionais para outras demandas; por exemplo, as demandas que nós mais recebemos nas equipes de saúde mental são as questões de abuso, muito comum nas nossas comunidades, infelizmente, as questões de tentativa de suicídio, de conflitos, agressividade, drogadição, enfim, então, nesse ano, a gente está fazendo uma parceria importante com o Programa Saúde na Escola para gente pensar em ações de promoção de saúde mental nas escolas, para que a gente possa tentar atuar um pouco na questão da prevenção; aí queria ver contigo se é possível a gente embarcar nessa parceria de alguma forma, porque eu sei que as escolas têm outras demandas, para além das questões de inclusão; então, como é que vocês estão...

SRA. LAURA FERREIRA DE ANDRADE: Eu acho que lá na concepção do programa, enfim, até pela luta da Ver.^a Tanise, quando ela entrou, uma das coisas que foi colocada no programa para esse atendimento da saúde mental

nas escolas foi o lote, que chamamos de “lote cinco”. O lote cinco prevê 19 psicólogos, 8 assistentes sociais, para o atendimento dos 42 mil e poucos estudantes da rede pública municipal; então, o que a gente fez? Nós organizamos de uma forma que... Para cada região eram dois psicólogos, dois assistentes sociais, dois psicopedagogos e dois fonoaudiólogos; é pouco? É, mas para quem não tinha nada, hoje está todo mundo numa felicidade só, as escolas. Então, como é que a gente divide esses outros profissionais do lote cinco, dentro das regiões? Então, foi o que a gente fez, a gente pegou os 19 psicólogos, o lote um, que é o norte e o oeste, são os maiores, então maior número de escolas. A norte tem 28 escolas, a oeste tem 29 escolas; então o que a gente fez? A gente colocou um número maior de psicólogos e colocamos mais psicólogos na sul e na leste também. E os assistentes sociais, os oito do lote cinco, também dividimos entre essas regiões. Então, o que acontece? Hoje o trabalho todo é feito conforme a necessidade da escola; então, eles têm lá 100 estudantes de inclusão. Os próprios técnicos, junto com a escola, as professoras da SIR, o SOE, organizam isso, como é que vai acontecer. Então, por exemplo, nós temos 12 horas de psicólogo nas escolas maiores – como é que se divide essas 12 horas? A gente vai partindo das necessidades da escola; quem diz para os nossos técnicos o que é necessário são esses profissionais das escolas; entretanto, há alguns que também a gente tem um pouco mais dificuldade, enfim, eles também vão fazendo essa triagem e vão vendo, porque, muitas vezes, no olhar, do técnico, eles vão percebendo algumas discrepâncias, e as professoras do SOE também têm trazido muito isso. Então, eu ainda brinquei com a Ver.^a Tanise, não tinha, no nosso aplicativo, SOE, e nós fizemos, desenvolvemos esse módulo do SOE; então, o que a gente coloca, como é que a gente faz no nosso aplicativo? Os estudantes de inclusão, a gente coloca eles como atendimento, então a gente atende esses estudantes de inclusão, dentro das suas especificidades: o psicólogo atende a mãe, a família, faz as palestras; os da saúde mental, as necessidades que as orientadoras das escolas trazem, a gente fala em acompanhamento; então a gente também faz esse registro dentro do nosso aplicativo, o registro desse estudante do SOE, e como é que funciona? Aí

se estabelece, junto ao SOE, a orientadora educacional, como é que vai ser esse atendimento, se vai chamar a família para o psicólogo atender, se vai verificar o que é necessário, quais são os problemas que estão acontecendo, o que está trazendo ou deixando ele daquela forma, enfim, naquele estado, e o que a gente pode fazer. Aí a gente também está procurando; quando eu falo da redinha, os psicólogos vão às reuniões de redinha, mas eles têm um turno por semana; além de participar das reuniões, eles também vão até os serviços; então eles vão ao serviço de saúde, nos postos de saúde, têm também um engajamento com o pessoal do Saúde na Escola, e eles já estão trabalhando também nessa parceria, porque as coisas vão acontecendo e, às vezes, a gente nem tem essa noção da dimensão. E eles já estão tocando muita coisa diretamente nos postos de saúde e também com o próprio pessoal do Saúde na Escola, então isso também já está acontecendo de uma forma bem coordenada. Claro que sempre vai precisar mais, porque a demanda é enorme.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Alguma inscrição na plateia?
(Pausa.) Diga o seu nome.

SRA. CÍNTIA COSTA: Olá, bom dia, eu me chamo Cíntia, sou nutricionista da Secretaria Municipal de Saúde, hoje eu atuo no Saúde na Escola, que já foi citado – eu agradeço a lembrança. A Mara já falou um pouco do que eu queria trazer, que é justamente esse trabalho intersetorial que a gente tem realizado. Então, este ano, a gente está levantando a pauta da saúde mental como uma ação prioritária no Município. E, na verdade, Laura, o que eu queria combinar – eu até já adiantei o assunto com uma colega de vocês ali da Abess em uma outra reunião em que a gente esteve presente –, eu queria só lembrar que as ações que são realizadas pelos profissionais dentro da escola, ações de saúde mental, elas podem ser registradas nos registros federais, nos sistemas federais de informática, e isso é bastante relevante para quando a gente vai fazer o levantamento de ações; também colocar que essa conversa com as unidades de saúde é bem importante que ocorra. Eu não sei se as unidades de saúde hoje

sabem como é que está acontecendo o funcionamento desse programa. E aí, depois, eu vou solicitar que vocês me expliquem um pouco melhor, porque eu faço essa ponte das unidades de saúde com as escolas e acho que é importante a gente entender como é que está acontecendo esse apoio. Muito já foi esclarecido hoje, muito já foi esclarecido naquela outra situação em que a gente estava junto também. Então eu queria fazer esse pedido. Depois, eu posso colocar meu telefone à disposição de vocês para a gente poder articular.

Eu também quero colocar, sobre a saúde mental, que, no ano passado, a gente fez um levantamento, e 109 ações de saúde mental já foram realizadas nas escolas, em 2023. Então até a gente foi dar uma olhada, eu e a Mara, ontem, e a gente foi dar uma conversada sobre o que a gente poderia trazer hoje aqui, e é interessante notar que essas ações todas realizadas no âmbito da Secretaria de Saúde ou realizadas pelos professores das escolas, que muito também absorvem dessas ações, e a Mara já fez questão de elogiá-los, eu só quero ressaltar esse movimento também dos educadores que se dá dentro das escolas, mas essas 109 ações todas foram descentralizadas, então não é apenas uma unidade que está se preocupando com isso, mas a gente observa que essas ações ocorrem ao longo do ano, considerando as diversas coordenadorias de saúde que a gente tem hoje, que são quatro no Município, de forma a atender as necessidades do território. Então eu queria mais me colocar à disposição, dizer que é uma prioridade para o Programa Saúde na Escola as questões de saúde mental. A gente segue uma orientação do Ministério, mas também uma pauta nossa enquanto território de Porto Alegre. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Muito obrigada. Tem mais alguma pergunta? (Pausa.) Então, Laura, com a palavra.

SRA. LAURA FERREIRA DE ANDRADE: Eu só queria colocar, Cintia, que então a gente pega o teu telefone; e, com certeza, a gente poderia pensar algo para a gente poder incluir, porque é um desejo – não é, Ver.^a Tanise? –, inclusive, a gente estava fazendo e apresentando o programa lá para o prefeito, e o

secretário da Saúde também se colocou totalmente à disposição; ele disse: “nossa, nós temos que estar juntos nisso”. Então eu acho que é uma pauta que já está sendo também bem identificada dessa união de esforços para esses atendimentos. Isso é muito importante. Eu pego o teu telefone também, e a gente vai entrar em contato, com certeza.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Temos mais uma pessoa na plateia. Diga o seu nome, por favor.

SRA. CLÁUDIA VARGAS: A minha pergunta vem bem ao encontro da questão da área da Saúde. Abess chegou, *ok*, nós temos os agentes de inclusão, e hoje nós vínhamos falando que é difícil perceber a sala de aula e o apoio sem eles. Tem o psicólogo que vai à escola, tem o assistente social, e isso é muito bom, não dá para negar. O problema todo é a articulação com a saúde, porque hoje nosso aluno não vai ao posto só para pegar receita médica. E a gente sabe que, sim, o pedagogo é quem diz como é que vai funcionar dentro da escola, porque isso é parte nossa. O pedagogo que vê; assim como o médico vê as questões de saúde, o pedagogo vê dentro da escola, junto com os professores, como é que se faz esse atendimento e quem precisa desse atendimento. Não necessitamos mais hoje, graças a Deus, de um CID para dizer como é que temos que trabalhar com esses alunos. O meu conhecimento e a minha formação – assim como a dos meus colegas – me faz perceber o que esse aluno de inclusão ou esse aluno que não é público-alvo da educação especial, mas que, naquele momento, devido às questões sociais e econômicas, tem a necessidade de um atendimento do AEE, se está presente na escola, e a gente dá o suporte dentro da possibilidade da escola. Como é que está se vendo essa articulação da educação na Abess com a Saúde? Porque esperar dois anos por uma saúde, gente, já passou o tempo. Então, assim, a escola vem desde muito tempo, e Porto Alegre é uma cidade, sim, que foi conhecida no mundo inteiro devido às questões de inclusão; e hoje a gente está perdido. O meu aluno não está indo ao posto de saúde simplesmente para pegar uma receita ou um CID para mostrar

para mim, porque eu não preciso disso; eu, enquanto professor de sala de integração e recurso, sei o que esse aluno precisa, assim como os meus colegas – quando eu falo “eu”, por favor, somos todos nós. Nós sabemos, mas eu quero saber quando é que a gente vai conseguir ter uma articulação efetiva com a saúde, onde o meu aluno que tem um déficit de atenção, um transtorno de hiperatividade e atenção, que está subindo pelas paredes, e a gente percebe que uma medicação ajudaria aquele aluno, uma conversa com o psicólogo, uma fono, um atendimento de dois meses com a fono resolve o problema da escrita dele e não tem. Como é que vocês pensam essa articulação com a educação? Efetiva, eu digo, essa articulação de chegar lá e de realmente conseguir. Eu sei que a demanda é enorme, eu sei disso, eu não estou dizendo que as demandas diminuiriam, não, as demandas aumentaram até mesmo devido às questões sociais desses alunos, porque nós somos escolas de periferia. Como é que está se dando e como é que vocês pretendem fazer essa articulação? Até mesmo da vez que veio um psicólogo para nos orientar e aí ficamos nós, na Sala de Integração e Recursos, olhando um para o outro: Tá e agora? E agora? Ele não vai só pegar uma receitinha no posto. Quem dera se fosse só isso. Ele precisa de outros atendimentos. Sim, eu sei que tem a questão da reabilitação, mas o nosso aluno, às vezes, não é reabilitação somente. E isso aí é cargo de quem? É nosso? Não né. Então, assim, a gente também precisa desse espaço para perceber, realmente: bom, vai lá, tu vais encaminhar, porque dois anos esperando num posto de saúde para alguém olhar é muito tempo. E aí fica nas custas da Abess e nossa da Sala de Integração e Recursos, então eu gostaria de saber isso. Como é que vocês pensam isso?

SRA. LAURA FERREIRA DE ANDRADE: Qual é o seu nome? Desculpa.

SRA. CLÁUDIA VARGAS: Cláudia.

SRA. LAURA FERREIRA DE ANDRADE: Cláudia, para encerrar, que o tempo aqui... Eu acho importante a tua fala e muito legal também a gente acolher de

uma forma. Eu acho que o primeiro ponto, quando eu falei da questão da receita, eu estava dando um exemplo de tantas outras coisas que os nossos estudantes precisam. E nós temos, o nosso presidente da nossa associação é médico, então a gente diz para ele, e eu também sou professora e eu tenho uma fala, porque por termos mais de três mil alunos na nossa rede também, a minha fala sempre foi que o médico vai lá, dá a receita, dá um laudo, manda a criança para a escola e que precisa de um monitor. E nós não podemos ir lá dentro do consultório dele e dizer assim: “Doutor, eu vou lhe dizer qual a medicação que você vai dar para o meu aluno.” Eu não posso ir lá dentro do consultório dele e dizer isso. Então, ele não pode, dentro da nossa escola, dizer o que a gente tem que fazer com nosso aluno. Eu concordo plenamente com você, porque quem decide, quem diz quem precisa do atendimento e como deve ser atendido é a escola. E é por isso que os psicólogos, assistentes sociais estão aí para dar esse apoio, porque muitas vezes, até mesmo o contrário, um estudante não precisa de um monitor ou mesmo de um agente de educação inclusiva; ele precisa de outras coisas que não está tendo o atendimento. E aí o que acontece? A mãe vem e judicializa também, porque ela também tem busca e ela não sabe o que ela tem que buscar. Muitas vezes ela está ali: “Eu quero alguma coisa para o meu filho, porque eu sei que eu preciso.” E aí ela vai muito nessa questão de ter um monitor ou um agente de educação inclusiva para ele, entretanto, muitas vezes, na educação especial, ele não precisa, porque isso pode tirar a autonomia dele, pode tirar algumas coisas que ele poderia estar fazendo de forma independente dentro de uma sala de aula, por exemplo. Os próprios estudantes... e inclusão é isso, é a gente poder incluí-lo com os demais colegas. Quando tu colocas um adulto do lado de uma criança, o que acontece? Um adulto do lado de uma criança, as outras crianças como é que veem isso? “Ah, eu não preciso ajudar o meu amiguinho, o meu colega, porque ele tem aquele lá, aquele adulto vai cuidar dele, porque está sempre ali com ele, então aquele lá cuida, e eu não preciso me responsabilizar também enquanto coleguinha. E o contrário, o que acontece? As crianças incluem. Quando não tem um adulto do lado dela, ela ajuda o colega, ela senta do lado, ela participa, enfim, quem decide quem tem que perceber isso

é a escola. A escola que tem esse papel, e o profissional, o pedagogo, o psicopedagogo é que tem que fazer isso. Então, a gente também tem que começar a pensar em inclusão dessa forma, de uma forma sistêmica; não é uns mandando os outros que têm que fazer desse jeito, até porque eles são seres singulares. Para cada um é uma situação diferente, eles não têm situações iguais, não são todos que precisam disso e não são para todos o Método ABA, não são todos que... não, são todos seres singulares e todos eles são diferentes nas suas especificidades. E eu acho que a escola tem esse papel e a escola enxerga muito bem isso através dos seus professores.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Passo a palavra para a Ver.^a Tanise para as considerações, os encaminhamentos.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Bom, para finalizar a nossa reunião, eu quero te agradecer mais uma vez, Laura, nossa diretora da Abess, pela excelente explanação. A nossa ideia hoje era, realmente, ver o *status* do programa que foi assinado em outubro, mas está na prática desde fevereiro, quando começaram as aulas na rede municipal. E, pegando o gancho da Cláudia que fez a pergunta, o maior desafio mesmo nas políticas públicas é a transversalidade, a integração, esse olhar sistêmico que a Laura fala. A gente está falando de educação, mas também estamos falando de saúde, então, com certeza, o nosso desafio vai ser articular esses dois programas. Já existe o Programa Saúde na Escola, eu acho que é um caminho por aí. A gente tem que conversar, eu quero depois marcar uma reunião contigo, Cíntia. Enfim, hoje, era uma reunião, presidente Lourdes, mais informativa, de prestação de contas, a ideia era que fosse prestado contas do que já foi feito, então eu te agradeço. Cada vereador tem seis pautas que pode indicar por ano, e eu gostaria de voltar no final do ano, lá por novembro ou dezembro, para ter uma nova prestação de contas. Obrigada.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Então, finalizamos mais uma reunião. Retornaremos terça-feira, às 10 horas, com outra pauta. Bom dia a todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h42min.)

TEXTO SEM REVISÃO